

**8. PROGRAMA MUNICIPAL DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
2021/2022 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TRIPARTIDOS:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal o protocolo, cuja minuta se anexa.

I/34747/2021

[Handwritten signature]

2025.31

[Handwritten signature]

PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: Programa Municipal de Enriquecimento Curricular 2021/2022

Protocolos de Colaboração Tripartidos

Considerando:

- a) o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e que revogou expressamente através do seu artigo 70º, o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho;
- b) o nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que estabelece quanto à produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte, ou seja, a possibilidade de o Município não aceitar as competências até 1 de janeiro de 2021;
- c) que o Município deliberou, quanto a 2019, recusar todas as transferências, no que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular, considera-se, o disposto no artigo 41º do referido Decreto-Lei nº 21/2019, e no artigo 74.º - Escola a tempo inteiro: *"Até ao início de vigência do decreto-lei previsto no artigo 41.º, mantêm-se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável às atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular, em tudo o que não for contrário ao presente decreto-lei."*

Assim,

- a) considerando a necessidade do Município de Braga, enquanto entidade promotora, dar continuidade ao modelo de implementação do Enriquecimento Curricular adotado no ano letivo 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021 tendo em consideração a avaliação efetuada pela Direção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga;

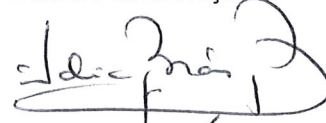
- b) atendendo à Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, aplicável aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que define as regras a observar no que respeita:
- à organização, funcionamento e oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), artigo 1º,
 - nos termos do artigo 15º, alínea b), as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das AEC,
 - à possibilidade das entidades promotoras poderem constituir parcerias com outras entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, artigo 14º,
 - ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério de Educação e Ciência (MEC) às entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular, artigo 20º;

nos termos do artigo 15º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, as autarquias locais, enquanto entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular (AEC), estabelecem Protocolos de Colaboração com os respetivos Agrupamentos de Escolas.

Face ao exposto, propõe-se a submissão ao Executivo Municipal da minuta do Protocolo de Colaboração Tripartido a celebrar entre o Município de Braga, os Agrupamentos de Escolas e as Entidades Parceiras executoras nos moldes exarados na minuta, que se anexa

Município de Braga, de 28 de maio de 2021

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias, (Dra.)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

O **Município de Braga**, adiante designada por «Entidade Promotora», pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede em Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo seu presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

O **Agrupamento de Escolas** _____, adiante designado por «Agrupamento», com sede em _____, 0000-000 _____, pessoa coletiva de direito público NIPC _____, no presente ato representado pelo(a) Diretor(a), _____.

E

A/O _____, adiante designada por «Entidade Parceira», pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, 0000-0000 _____, no presente ato representada pelo seu presidente/diretor(a) _____.

É celebrado um protocolo de colaboração, adiante designado por “Protocolo”, que é integrado pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Protocolo regula a parceria entre a Entidade Promotora, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Parceira, com o objetivo de implementar as Atividades de Enriquecimento Curricular, adiante designado “AEC”, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015 (2.ª série) de 24 de agosto, nas seguintes escolas básicas do 1º ciclo do ensino básico pertencentes ao Agrupamento:

EB de _____

EB de _____

EB de _____

EB de _____

(a listar todas as Escolas do 1ºCEB envolvidas)

2. As AEC e a respetiva duração semanal a que se refere o número anterior são as seguintes:

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)

3. As AEC são oferecidas ao seguinte número de alunos, por ano de escolaridade, nelas inscritos em cada uma das escolas:

EB1 de _____

Designação da AEC	Ano de escolaridade	N.º de alunos

(Copiar tantas vezes quantas as escolas existentes)

4. As AEC têm lugar nos seguintes locais:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	Local de funcionamento

(Listar todas as escolas envolvidas e todos os espaços utilizados)

5. Número de horas necessários por atividade e estabelecimento de ensino:

Estabelecimento de ensino	Designação da AEC	N.º total de horas (hora = 60 minutos)

Cláusula 2.ª

(Princípios Orientadores)

As AEC desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento, atendendo ao contexto da escola, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, e constam do Plano Anual de Atividades.

Cláusula 3.ª

(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

- a)** Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Parceira de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c)** Envolver o Agrupamento no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;

2. O Agrupamento de Escolas compromete-se a:

- a)** Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;

- b)** Partilhar os recursos humanos, técnico-pedagógicos (nomeadamente, material didático e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento;
- c)** Participar no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Afetar os recursos docentes de carreira para a realização de uma ou mais AEC, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 16º da portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto;
- e)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com a Entidade Promotora e com a Entidade Parceira;
- f)** Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as atividades curriculares, nomeadamente:
 - Promovendo a integração das AEC no Projeto Educativo do Agrupamento;
 - Envolvendo os professores titulares de turma no planeamento e acompanhamento da execução das atividades e na sua supervisão pedagógica;
 - Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os técnicos/profissionais das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares;
 - Acionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito das AEC, bem como nos trajetos para e de volta das atividades e em atividades realizadas fora das instalações escolares.

3. A Entidade Parceira compromete-se a:

- a)** Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
- b)** Garantir a existência dos recursos humanos, materiais (material didático e de desgaste) e de espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c)** Envolver o Agrupamento e a Entidade Promotora no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;
- d)** Definir os horários e a organização das atividades em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, no cumprimento das decisões do Conselho Geral;
- e)** Em contexto extraordinário que implique o afastamento das aulas presenciais, assegurar as atividades de forma assíncrona e síncrona, adequando as metodologias adotadas incluindo a replanificação, produção e efetivação de instrumentos diversificados, de acordo com os interesses dos Agrupamentos Escolas.

Cláusula 4.ª

(Entrada em Vigor e Duração)

O presente Protocolo entra em vigor a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao término das atividades letivas.

Cláusula 5.ª

(Revisão do Protocolo)

O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:

- ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- a revisão seja indispensável para adequar o Protocolo aos objetivos prosseguidos;
- em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as Partes.

Quaisquer alterações ao presente Protocolo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas partes, sempre que o julguem conveniente para a modificação ou adequação às exigências das AEC e da parceria.

Cláusula 6.ª

(Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo pode ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.

O Protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.

_____, ____ de _____ de 2021



A Entidade Promotora

Município de Braga

Agrupamento de Escolas _____

O Presidente

O/A Diretor/a

A Entidade Parceira

()